

Relatório de Atividades
e
Contas
2018



SANTA CASA MISERICÓRDIA
CHAVES

ENTREGUE NO CDSSS DE

**PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE 2018

DENOMINAÇÃO Santa Casa da Misericórdia de Chaves

MORADA Largo Gaetano Ferreira

LOCALIDADE Chaves

FREGUESIA Santa Maria Maior

CONCELHO Chaves

CÓDIGO POSTAL 5400 - 136 CHAVES

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
CÓD

--	--	--	--	--	--	--	--

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL

PARECER:

EM _____

DESPACHO:

EM _____

A DIRECÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: Chaves

Chaves, 27 de março de 2019

DATA: 8 de março de 2019

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE



ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
ÓRGÃOS SOCIAIS	3
INTRODUÇÃO	4
ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	6
1. Diálogo Institucional.....	6
1.1 Segurança Social.....	6
1.2 União das Misericórdias Portuguesas	7
1.3 Câmara Municipal de Chaves	7
1.4 Relações Laborais	7
1.5 Instituições Financeiras	8
1.6 Fornecedores.....	8
II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS	9
1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES.....	9
2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO	9
3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES.....	10
4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES	10
5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIA	10
6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios).....	11
7. Apoio à Terceira idade.....	11
8. Apoio à Infância	12
9. Apoio à Infância e Juventude	13
III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS.....	13
1. Igreja da Misericórdia.....	13
2. Capela do Senhor do Calvário	13
3. Nicho do Senhor dos Passos.....	14
4. religiosos Outros equipamentos	14
IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE	14
1. Gestão do Património.....	14
2. Serviços Operativos.....	14
3. Agricultura e Agropecuária.....	15
4. Recursos Humanos	15



5.	Gestão Económica e Financeira	15
6.	Perspetivas	18
7.	Proposta de aplicação de resultados.....	19
8.	Nota Final	19
1.	CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2018.....	20
2.	BALANÇO	21
3.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	22
4.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	23
5.	ANEXO	24
5.1	Identificação da Identidade.....	24
5.2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	24
5.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.	26
5.4	Ativos fixos tangíveis.	31
5.5	Custos de empréstimos obtidos.....	34
5.6	Inventários.....	34
5.7	Rendimentos e gastos.	35
5.8	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	35
5.9	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.	36
5.10	Instrumentos financeiros.	36
5.11	Benefícios dos empregados.	41
5.12	Acontecimentos após a data de balanço.	42
5.13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	42
5.14	Outras divulgações.	42



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente Helder Amadeu Batista Sá
- Secretário efetivo Joaquim Tomaz
- Secretário efetivo Alípio Martins Afonso
- Suplente Isaura Dores Gomes de Sousa
- Suplente Delmino Rodrigues Fontoura

Mesa Administrativa

- Provedor João Miranda Rua
- Vice- Provedor Agripino Rodrigues de Oliveira
- Tesoureiro Amílcar Martins Cunha
- Secretário Luís Manuel Geraldês Teixeira de Araújo
- Vogal efetivo Nuno João Sarmento Castor Teixeira
- Vogal efetivo Francisco dos Anjos Morais Feijó
- Vogal efetivo António José Afonso Durão Branco

Conselho Fiscal/Definitório

- Presidente Manuel Jorge Alves Xavier
- Vogal efetivo Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira
- Vogal efetivo António Augusto Gomes Setas
- Suplente Manuel Jorge Pires Fernandes
- Suplente Sebastião Garcia Salgado
- Suplente Agostinho José Cabugueira



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2018

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das normas do Compromisso a que a Santa Casa da Misericórdia está obrigada, a Mesa Administrativa apresenta à Assembleia Geral de Irmãos para apreciação, discussão e votação o Relatório de Atividades e Conta de Gerência do ano de 2018.

Ao longo do ano foram desenvolvidas todas as atividades de continuidade no funcionamento dos diferentes equipamentos e respostas sociais.

Houve um esforço manifestamente positivo em melhorar as condições materiais e humanas das várias valências, com o intuito de aumentar o nível de qualidade e a eficiência dos serviços prestados aos utentes, apoiando ainda com solidariedade as pessoas em situação de dificuldades ou em exclusão social, conforme descrição das ações e serviços desenvolvidos.

Tratando-se do final do mandato para o qual fomos eleitos, em jeito de balanço podemos concluir que, embora carreando com os constrangimentos de natureza de natureza económica e financeira gerados ao longo de vários anos por gestões anteriores menos rigorosas, também foi durante este mandato que se refletiram os maiores custos com o pessoal, em consequência de atualizações salariais e aumentos anuais do salário mínimo nacional.

Mesmo assim e, não havendo aumento de receitas correspondente, foi possível cumprir com os compromissos salariais com os trabalhadores, pagando-lhes inclusive mais de trezentos mil euros de salários anteriores em dívida, reduzir significativamente o passivo e honrar as responsabilidades a que a santa casa está obrigada.

Foi ainda durante este mandato que se operaram mudanças significativas no processo de gestão, embora estando presente os princípios da economia social, envolvendo neste processo os colaboradores da Instituição, particularmente aqueles que ocupam cargos de direção, garantindo deste modo mais responsabilidade, rigor e escrutínio na gestão da Santa Casa, embora subordinada à orientação e coordenação da Mesa Administrativa.



A consecução destes objetivos, que encerram princípios de natureza social, económica e de promoção de valores relacionados com o bem-estar dos utentes e trabalhadores desenvolvem-se num quadro de alguns constrangimentos que advêm da necessidade de reduzir o deficit de funcionamento, tornado a Missão que compete à Misericórdia mais difícil e conseqüentemente exigindo mais dos seus colaboradores, bem como dos órgãos de Gestão.

Pese embora todo o empenho e rigor da Mesa Administrativa, a sustentabilidade económico-financeira futura da Santa Casa da Misericórdia de Chaves passa obrigatoriamente por contribuições financeiras extraordinárias de instituições públicas e da Irmandade.

Chaves, 8 de março de 2019



ACÇÕES DESENVOLVIDAS

1. Diálogo Institucional

No âmbito das atividades da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, numa perspetiva institucional de abertura à sociedade, foi possível desenvolver um conjunto de relacionamentos institucionais, particularmente com a Segurança Social, União das Misericórdias Portuguesas, Câmara Municipal de Chaves, Diocese de Vila Real, Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa, Serviços de Saúde, Regimento de Infantaria 19, Instituições Financeiras, bem como com o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

1.1 Segurança Social

No âmbito da cooperação institucional com o Centro Regional de Segurança Social, realizaram-se reuniões de trabalho para discussão de assuntos relacionados com as participações financeiras inerentes aos acordos de cooperação e outros de interesse comum.

Foi assinada a renovação do programa de emergência alimentar (Cantinas Sociais), embora com um número inferior de refeições protocoladas.

Foram ainda realizadas ações de acompanhamento por parte da Segurança Social às diversas respostas sociais da Misericórdia.

O diálogo constante com o Centro Distrital de Segurança Social, na pessoa do Sr. Diretor, decorreu maioritariamente sobre questões de sustentabilidade das respostas sociais da Instituição, e manutenção dos acordos de cooperação, procurando salvaguardar o normal funcionamento dos Equipamentos Sociais.

Continuamos a aguardar o despacho da candidatura ao Fundo de Socorro Social da Segurança Social para pagamento de dívidas aos trabalhadores com salários em atraso e reforço de tesouraria para pagamento de indemnizações.

Esta candidatura encontra-se ainda em apreciação no Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social.



1.2 União das Misericórdias Portuguesas

A União das Misericórdias Portuguesas deu continuidade à colaboração que tem vindo a ser estabelecida com esta Santa Casa, na condição de associada, através da disponibilização de informações regulares sobre assuntos de interesse para a Instituição, o acesso a procedimentos especializados e o esclarecimento de situações pontuais em matérias de alguma complexidade.

Encontra-se em curso uma auditoria interna, a pedido da Mesa Administrativa, a qual deverá constituir um precioso contributo para apontar o caminho a seguir no sentido da sustentabilidade da Instituição.

1.3 Câmara Municipal de Chaves

Considerando a função social da Misericórdia de Chaves no Concelho, foi manifestado ao Senhor presidente da Câmara Municipal de Chaves um conjunto de preocupações e solicitado apoio do Município para melhor responder às necessidades dos nossos concidadãos.

Foi recebido pelo Fundo de Turismo, sob proposta da Câmara Municipal, um subsídio de 13.705,10€ (treze mil setecentos e cinco euros e dez cêntimos).

A Mesa Administrativa mantém com o Município uma estreita cooperação institucional no âmbito da ação social do Concelho.

1.4 Relações Laborais

No que se refere a esta matéria manteve-se um diálogo permanente realizando-se reuniões com os representantes sindicais, visando identificar problemas comuns e encontrar pontos de convergência úteis para todos.

Das matérias abordadas constam essencialmente os salários e atualizações salariais em dívida à maioria dos trabalhadores, reclassificação de categorias profissionais, folgas e uniformização de horários de trabalho.



Todas estas matérias continuam a merecer grande atenção e preocupação da Mesa Administrativa.

1.5 Instituições Financeiras

O apoio bancário foi decisivo para normalizar o funcionamento das Santa Casa através de dois empréstimos no valor de 1 400 000.00euros (um milhão e quatrocentos mil euros), contraídos em 2013, 800 000.00€ (oitocentos mil euros) e 2015, 600 000.00€ (seiscentos mil euros).

Os custos financeiros e amortizações de capital mensais têm contribuído para algumas dificuldades de tesouraria.

Deste modo foram efetuadas diligências junto dos respetivos Bancos, com vista à reestruturação dos empréstimos no sentido da dilatação do prazo de duração e redução das taxas de juros, contribuindo assim para a diminuição do valor das prestações mensais.

Houve, no entanto, alguns desenvolvimentos neste sentido que se aguarda pela sua concretização.

A Santa Casa tem cumprido regularmente com este compromisso.

1.6 Fornecedores

Ao longo do ano transato, manteve-se um diálogo aceitável junto dos nossos fornecedores, particularmente com os credores de dívida em atraso, procurando equacionar processos de regularização, embora os condicionamentos de tesouraria não permitam grandes avanços nesta matéria.

Todavia foi possível até ao final de 2018 cumprir com os pagamentos acordados com os fornecedores de mercadorias e serviços externos.



II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES

Devido à manifesta falta de condições de segurança do edifício onde funciona o “Lar dos Acamados”, conforme notificação da Segurança Social e Autoridade Nacional de Proteção Civil, nomeadamente no que respeita aos acessos e saída de emergência, este edifício tem vindo a ser desativado progressivamente desde o final de 2018, não tendo havido lugar a qualquer admissão de utentes para a resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. As vinte e cinco vagas protocoladas para esta resposta prevê-se que sejam migradas para outros Equipamentos Sociais que possuam a mesma resposta, cujos edifícios serão alvo de requalificação e ou ampliação, por forma a minimizar os efeitos da perda da receita associada.

Utentes:

1.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no centro histórico da cidade de Chaves, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 65 utentes em regime de internamento.

1.2 Centro de Dia, com capacidade para 40 utentes e acordo com a Segurança Social para 32.

1.3 Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 65 utentes e acordo para 52.

Programa de Emergência Alimentar

1.4 Cantinas Sociais, com capacidade para 50 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.

2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO

Utentes:

2.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na Vila de Vidago, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social para 60 dos utentes.

2.2 Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo com a Segurança Social para 15.



Programa de Emergência Alimentar

2.3 Cantinas Sociais, com capacidade para 47 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.

3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES

Utentes:

3.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilar de Nantes, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social para 60 utentes.

3.2 Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 20 e acordo com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.

4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES

Utentes:

4.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no lugar de Casas dos Montes freguesia de Santa Maria Maior, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 14 utentes em regime de internamento.

4.2 Pré-Escolar, com capacidade para 46 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 33.

4.3 Creche, com capacidade para 56 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 33.

5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIÁ

Utentes:

5.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilarelho da Raia, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 14 utentes em regime de internamento.

5.2 Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo de cooperação para 10 utentes.



6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios)

Situada na quinta dos Lameirões, freguesia da Madalena.

Utentes:

6.1 Lar de Infância e Juventude, estrutura residencial para crianças e jovens em perigo, com acolhimento prolongado em regime de internato, com capacidade e acordo de cooperação para 50 utentes.

6.2 Centro de Acolhimento Temporário, estrutura residencial de acolhimento temporário de curta duração em regime de internato, com capacidade e acordo para 20 utentes.

Apesar das capacidades referidas e acordo de cooperação destas respostas sociais, importa referir que funcionaram em 2018 o Lar de Infância e Juventude com uma média mensal de ocupação inferior a 50% e o Centro de Acolhimento Temporário com uma média mensal superior a 60% da capacidade de acolhimento existente. Importa referir que não é da responsabilidade da Misericórdia o preenchimento das vagas existentes uma vez que esse procedimento é centralizado pelos serviços da Segurança social.

Estas respostas foram objeto de tratamento específico com publicação da Lei 142/2015 de 8 de setembro, no sentido da sua adequação para uma nova resposta designada por Casa de Acolhimento.

7. Apoio à Terceira idade

As ERPI'S – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, a par das respostas SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e CD – Centro de Dia, assumem um lugar de protagonismo no desenvolvimento da missão da Santa Casa da Misericórdia, o que pressupõe uma entrega abnegada e infinda para garantir a sua sustentabilidade, só possível com o trabalho de todos quantos direta ou indiretamente se dedicam a esta nobre causa, que continuamente exige uma criteriosa identificação das necessidades e estratégias a adotar, na forma de fazer ação social com consciência do que significa a dignidade humana, cujo desiderato exige uma organização cada vez mais profissionalizada.



Para além dos cuidados de conforto, higiene e alimentação, são também desenvolvidos pela equipa de Animadores Socioculturais atividades cognitivas, lúdicas, desportivas, religiosas, musicais, de expressão plástica, etc, ao longo de todo o ano, por forma a contribuir para um envelhecimento ativo, aumentando a qualidade de vida dos idosos, procurando que haja, sempre que possível, uma interação entre os vários Equipamentos Sociais, a Comunidade e outras instituições congéneres do concelho, destacando-se a realização das seguintes atividades:

- Celebração da época litúrgica da Páscoa e do Natal, com animação religiosa e tarde recreativa com representação teatral;
- Cantar das Janeiras;
- Celebração dos Santos Populares;
- VII edição dos Jogos Populares do Concelho de Chaves;
- Celebração do S. Martinho;
- Passeio anual dos Idosos

Para além das atividades mencionadas, outras foram desenvolvidas ao longo do ano conforme plano de atividades de cada equipamento social.

8. Apoio à Infância

Ao longo do ano de 2018 as respostas da Infância da Instituição, Creche e Jardim de Infância sítos no lugar de Casas dos Montes, desenvolveram diversas atividades inseridas no Projeto Educativo, constantes no plano anual de atividades, as quais privilegiaram, sempre que possível, a intergeracionalidade, o relacionamento com os pais/encarregados de educação e a Comunidade em geral. De salientar: a Feira de Outono, com a participação ativa dos pais/encarregados de educação; o cantar das Janeiras; a participação no desfile de Carnaval; o passeio de final de ano e as festas de Natal e final de ano.



9. Apoio à Infância e Juventude

Com o intuito de trabalhar a inclusão social e cidadania das crianças e jovens e considerando as vantagens e benefícios que as atividades de lazer, a ocupação de tempos livres e a prática de desporto despertam ao nível do bem-estar físico, emocional e social, foram desenvolvidas diversas atividades ao longo do ano, nomeadamente as que se coadunam com a valorização e incentivo da prática de desporto: realização de jogos de futebol; atletismo; artes marciais; deslocações ao estádio do Grupo Desportivo de Chaves para assistir a jogos; caminhadas ao ar livre; aulas de natação; atividades de escutismo; entre outras.

Em tempo de férias letivas, foram promovidas diversas saídas para destinos apelativos em época de calor como piscinas, praias fluviais, praia, parques de diversões.

Considerando ainda a inclusão dos jovens na comunidade escolar concelhia, tem particular referência o apoio ao estudo acompanhado pelo grupo de professores da Instituição.

III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

1. Igreja da Misericórdia

Situada na Praça de Camões, encontra-se encaixada entre o antigo Hospital da Misericórdia de Chaves e o Museu da Região Flaviense.

A sua construção remonta ao século XVII, ano de 1601.

Funcionando também como casa mortuária, promove toda a atividade religiosa incluindo a eucaristia diária.

Considerando o seu valor histórico, recebe ainda inúmeras visitas individuais e guiadas em grupo. Destacar ainda o processo de qualificação como imóvel de interesse público junto do Ministério da Cultura.

2. Capela do Senhor do Calvário

Situada na Travessa do Calvário em Chaves, edificada no alto da Colina.

A Capela votiva data de 1672.

Funciona pontualmente como casa mortuária e tem como atividade religiosa principal a celebração da Via-Sacra.



3. Nicho do Senhor dos Passos

Pequena Capela, cuja construção remonta ao século XVII, situada num pequeno Largo no encontro das ruas Padre Joaquim Fontoura com a rua do Aljube, mais conhecida como a antiga Rua do Anjo.

Durante este ano iniciaram as obras de recuperação.

4. religiosos Outros equipamentos

Os equipamentos sociais (lares) de Vilar de Nantes e Vidago estão dotados de capelas privativas, utilizadas para a celebração da eucaristia, missas comemorativas e outros atos de teor religioso sempre que oportuno.

IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE

1. Gestão do Património

Este setor, de relevante importância para a Santa Casa ainda não teve a intervenção necessária para uma correta identificação, registo e avaliação do património imobiliário. Atendendo à sua importância no processo de reorganização funcional da Misericórdia, prevê-se a instalação de uma secção específica para o património imobiliário.

2. Serviços Operativos

Este sector tem merecido particular atenção da Mesa Administrativa, atendendo à antiguidade dos Equipamentos Sociais.

A maioria das obras de beneficiação é realizada pela equipa dos Serviços Operativos da Instituição que empenhadamente vão respondendo a todas as solicitações de conservação e manutenção dos Equipamentos.

As áreas de intervenção são necessárias e praticamente em todas as especialidades, passando pela construção civil, pichelaria, carpintaria e eletricidade, recorrendo a serviços externos apenas em especialidades específicas e em função da dimensão das intervenções de modo a proporcionar as melhores condições de alojamento e conforto



aos nossos utentes, observamos nesta rúbrica um custo significativo dada a antiguidade dos equipamentos e a necessidade quase diária de intervenções.

3. Agricultura e Agropecuária

A agricultura desenvolve-se essencialmente na quinta dos Lameirões pelos trabalhadores da Instituição, aproveitando os terrenos disponíveis e demais infraestruturas, destinando a produção ao autoconsumo.

4. Recursos Humanos

Durante o ano de 2018 prosseguimos com o processo de reorganização dos diversos serviços, visando a otimização destes e do pessoal afeto aos mesmos, com vista a melhorar a sua eficácia funcional de modo a responder às reais necessidades da Instituição.

Atendendo às despesas com pessoal, que continuam com uma forte expressão nos custos totais de funcionamento da Instituição, durante o ano de 2018 apenas se admitiu pessoal em regime de substituição inerente a baixas por doença ou licença prolongada, com incidência nas trabalhadoras auxiliares.

5. Gestão Económica e Financeira

Tal como sucedeu de 2016 para 2017, o ano de 2018 não registou oscilações visíveis por comparação com os valores registados em 2017, tanto nos grandes agregados de rendimentos como de gastos.

Assim, no que tange ao valor dos rendimentos obtidos, verificou-se uma queda de apenas 34.000 €, a que correspondeu um decréscimo de 0,8%. Já no contexto dos gastos totais, observou-se um aumento de 62.000 €, a que correspondeu uma variação positiva percentual de 1,46%.

Ora, o efeito exercido pela diminuição e aumento acabados de descrever, provocaram uma diminuição do Resultado Líquido anual de 96.000 €, a qual representa uma



alteração percentual muito significativa, em virtude de se ter passado de lucro para prejuízo.

Observando-se com algum detalhe a tabela seguinte, constata-se que, de entre os grandes agregados de gastos e rendimentos nela presentes, aquele que mais se destaca é o dos Gastos com o Pessoal. Isto porque:

- Por um lado, trata-se de uma categoria que ocupa grande destaque pela dimensão dos valores que assumiu, tanto em 2017 como em 2018;
- Por outro lado, porque estes gastos foram aqueles que mais aumentaram de 2017 para 2018 em termos absolutos (92.000 €), assumindo a segunda posição em termos de aumento relativo (3,32%), a que acresce o facto dos rendimentos globais terem diminuído.

Deve dizer-se que em instituições cujo objeto social passa pela assistência e apoio a pessoas idosas com alojamento e também pela exploração de creches e jardim-de-infância, é frequente e até normal os gastos com o pessoal assumirem valores muito significativos, já que se trata de atividades que exigem o concurso de muitas pessoas para que uma série de tarefas manuais possam ser executadas, relacionadas com a concretização diária daquela assistência e apoio. Porém, em situações de ausência de rendimentos para além daqueles que são os quotidianos da instituição e que resultam da sua atividade normal e operacional, haverá que fazer um esforço diário e criterioso na gestão do pessoal, sob pena de se colocar em causa a rentabilidade da mesma, logo, a sua sustentabilidade.

Portanto e não se ignorando também o controlo a exercer sob outras categorias de gastos, como sejam os Fornecimentos e Serviços Externos, já que estes últimos também apresentaram um comportamento ascendente, o órgão diretivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves não vê outra alternativa senão atuar ao nível da gestão do seu quadro de pessoal, em ordem à respetiva racionalização.

Apesar de o nível de rendimentos não ter descido por aí além, não pode a Comissão Administrativa em exercício salientar a necessidade de adequar as instalações que explora, nomeadamente em Chaves, às exigências impostas pela Segurança Social, promovendo as ações necessárias em ordem à satisfação dessas exigências. Ora, alerta-



se para o facto de essa satisfação poder vir a acarretar modificações no valor dos rendimentos e/ou na necessidade de se efetivarem despesas de investimento avultadas.

Contas de Resultados	2018	2017	Variação	ME euros
				Var. %
Vendas e prestação de serviços	1 807	1 775	32	1,80
Subsídios	2 144	2 203	-59	-2,68
Outros rendimentos	260	267	-7	-2,62
Total dos Rendimentos	4 211	4 245	-34	-0,80
CMVMC	587	599	-12	-2,00
FSE	433	415	18	4,34
Gastos c/ pessoal	2 867	2 775	92	3,32
Outros gastos	95	121	-26	-21,49
Gastos de financiamento	57	69	-12	-17,39
Depreciações	257	255	2	0,78
Total dos Gastos	4 296	4 234	62	1,46
Resultado líquido	-85	11	-96	872,73

Analisando a estrutura do Balanço, verificam-se as seguintes alterações:

Balanço	2018	2017	Variação	ME euros
				Var. %
Ativo Não Corrente	9 528	9 779	-251	-2,57
Ativo Corrente	192	380	-188	-49,47
Total do Ativo	9 720	10 159	-439	-4,32
Total dos Fundos Patrimoniais	6 963	7 132	-169	-2,37
Passivo Não Corrente	799	988	-189	-19,13
Passivo Corrente	1 958	2 039	-81	-3,97
Total do Passivo	2 757	3 027	-270	-8,92
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	9 720	10 159	-439	-4,32



Verifica-se uma redução transversal da estrutura do Balanço, na medida em que todos os agregados respetivos registaram uma diminuição com algum relevo.

A redução do Ativo não Corrente resulta, sobretudo, do efeito das Depreciações do Exercício, conjugado com a ausência de investimento de monta. O Ativo Corrente diminuiu por força da redução dos inventários e do reconhecimento de créditos incobráveis de valor global notório.

No domínio dos Passivos, a diminuição do não corrente tem por base a amortização que mensalmente se vai fazendo dos financiamentos bancários contraídos, sendo que a redução do valor do passivo corrente tem por base o decréscimo das dívidas aos fornecedores de investimentos e ao pessoal.

Aqui se deixa dito que o endividamento para com os fornecedores correntes que se relacionam com a Sta. Casa no âmbito dos fornecimentos quotidianos (de géneros alimentares, artigos de higiene e saúde e outros análogos) tem vindo a aumentar, facto que coloca muitos sobressaltos e constrangimentos à gestão corrente da mesma.

Como quer que seja, é de salientar a redução do Passivo da entidade, a qual, globalmente, atingiu 270.000 €.

Apesar do esforço financeiro para liquidar as dívidas que transitam de anos anteriores, a Mesa Administrativa tem assegurado o pagamento dos seus compromissos correntes. No entanto, a situação financeira da Santa Casa não permite liquidez suficiente para colmatar todas as situações em atraso.

Apesar das muitas dificuldades existentes, foi possível, também em 2018, cumprir com o pagamento das obrigações salariais, sociais, fiscais e outras.

De referir, no entanto, que as dívidas aos trabalhadores referentes a salários e atualizações salariais ainda ascendem a 430.000 € euros, encontrando-se esta verba em situação de mora, valor este com origem em anos já muito recuados.

6. Perspetivas

Os objetivos preconizados para o ano de 2019 continuam na senda dos estabelecidos para anos anteriores, assentes numa estratégia de viabilização económica e financeira que garanta a sustentabilidade da Santa Casa.



7. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do período, no valor de -85.357,82 €, seja mantido em Resultados Transitados.

8. Nota Final

Terminamos este relatório manifestando o nosso reconhecimento a todos os utentes, colaboradores, Irmãos da Santa Casa, instituições e outros que com a sua generosa participação contribuíram para o prosseguimento da nobre Missão da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

Chaves, 8 de março de 2019



Handwritten signatures and initials

RELATÓRIO DE CONTAS

2018



1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2018

- Nas contas agora apresentadas consta uma análise pormenorizada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia e dos procedimentos contabilísticos e demais legislação aplicada:
 - ✓ Balanço em 31 de dezembro de 2018
 - ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas
 - ✓ Demonstração de Fluxos de Caixa

- Anexo:
 - ✓ Identificação da entidade
 - ✓ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
 - ✓ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - ✓ Ativos fixos tangíveis
 - ✓ Custos de empréstimos obtidos
 - ✓ Inventários
 - ✓ Rendimentos e gastos
 - ✓ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - ✓ Subsídios e outros apoios das entidades públicas
 - ✓ Instrumentos financeiros
 - ✓ Benefícios dos empregados
 - ✓ Acontecimentos após a data de balanço
 - ✓ Divulgações exigidas por outros diplomas legais
 - ✓ Outras divulgações

2. BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5,4	9.207.664,82	9.455.208,56
Bens do património histórico e cultural	5,4	264.115,19	264.115,19
Investimentos financeiros	5.10.2/6	51.428,64	55.370,66
Outro créditos e ativos não correntes	5.10.7, 5.14.2	4.500,00	4.500,00
Total do Ativo não corrente		9.527.708,65	9.779.194,41
Ativo corrente			
Inventários	5,6	9.506,08	37.222,91
Créditos a receber	5,2, 5.14.2	63.746,43	140.151,28
Estado e outros entes públicos	5.14.3	5.660,57	7.067,17
Diferimentos	5.14.4	5.162,11	7.505,33
Outras ativos correntes	5,2, 5.14.2	45.025,53	0,00
Caixa e depósitos bancários	5.14.1	63.040,86	188.372,56
Total do Activo corrente		192.141,58	380.319,25
Total do Ativo		9.719.850,23	10.159.513,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	5,10.3	40.538,18	40.538,18
Resultados transitados	5,4, 5.10.3	-573.687,34	-688.332,46
Excedentes de revalorização	5,4, 5.10.3	4.348.276,97	4.451.807,38
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5,9, 5.10.3	3.232.764,02	3.317.415,02
		7.047.891,83	7.121.428,12
Resultado líquido do período	5,10.3	85.357,82	11.114,71
Total dos Fundos patrimoniais		6.962.534,01	7.132.542,83
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5,4, 5.10.8	799.534,81	974.448,78
Outras dívidas a pagar	5,14.5	0,00	13.209,28
Total do Passivo não corrente		799.534,81	987.658,06
Passivo corrente			
Fornecedores	5,14.5	572.206,12	510.589,26
Estado e outros entes públicos	5,14.3	187.760,39	196.747,95
Financiamentos obtidos	5,4, 5.10.8	239.422,96	234.155,03
Diferimentos	5,14.6	31.914,83	17.433,24
Outros passivos correntes	5,14.5	926.477,11	1.080.387,29
Total do Passivo corrente		1.957.781,41	2.039.312,77
Total do Passivo		2.757.316,22	3.026.970,83
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		9.719.850,23	10.159.513,66

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 8 de março de 2019

Contabilista Certificado

A Comissão Administrativa



3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Vendas e serviços prestados	5.14.7	1.807.400,31	1.775.441,88
Subsídios, doações e legados à exploração	5.14.8	2.144.292,13	2.202.798,96
Variação nos inventários da produção	5.6	-19.800,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		424,00	5.335,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.6	-587.189,83	-599.209,69
Fornecimentos e serviços externos	5.14.9	-432.925,89	-414.950,74
Gastos com o pessoal	5.14.10	-2.867.073,94	-2.774.709,91
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	32.324,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	5.10.6	32,92	-7.227,75
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	551,21
Outros rendimentos	5.2, 5.9, 5.14.11	259.707,32	229.143,69
Outros gastos	5.2, 5.14.14	-75.287,78	-113.760,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		229.579,24	335.736,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.2	-257.243,08	-255.794,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27.663,84	79.941,84
Juros e gastos similares suportados	5.5, 5.14.13	-57.693,98	-68.827,13
Resultado antes de impostos		-85.357,82	11.114,71
Resultado líquido do período	5.10.3	-85.357,82	11.114,71

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 8 de março de 2019

Contabilista Certificado

A Comissão Administrativa



4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.936.231,93	1.996.285,87
Recebimentos de subsídios		2.146.592,52	2.214.091,77
Pagamentos a fornecedores		-1.093.889,71	-1.259.208,54
Pagamentos ao pessoal		-2.918.956,12	-2.776.428,37
Caixa gerada pelas operações		69.978,62	174.740,73
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-23,60	-84,21
Outros recebimentos/pagamentos		37.712,86	44.918,93
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		107.667,88	219.575,45
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-15.560,30	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-3.611,82	-2.470,18
Outros ativos		0,00	0,00
		-19.172,12	-2.470,18
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		11.393,11	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		397,11	0,00
Outros ativos		0,00	7.790,13
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1,37	4,39
Dividendos		0,00	0,00
		11.791,65	7.794,52
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-7.380,47	5.324,34
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5.10.8	-169.646,04	-159.286,98
Juros e gastos similares	5.5	-55.973,07	-67.428,34
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-225.619,11	-226.715,32
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-225.619,11	-226.715,32
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-125.331,70	-1.815,53
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.14.1	188.372,56	190.188,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.14.1	63.040,86	188.372,56

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 8 março de 2019

Contabilista Certificado

A Comissão Administrativa



[Handwritten signatures and initials]

5. ANEXO

5.1 Identificação da Identidade.

5.1.1 Denominação da entidade.

Santa Casa da Misericórdia de Chaves, pessoa coletiva número 501429930.

5.1.2 Lugar da sede social.

Largo Caetano Ferreira, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

5.1.3 Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social - que desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e de educação pré-escolar.

5.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

5.2.1 As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

5.2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

5.2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.



- Na preparação dos Documentos de Prestação de Contas de 2017, ao nível do Balanço respetivo, todos os créditos correntes sobre terceiros detidos pela entidade foram integralmente apresentados em “Créditos a receber”. Porém, no Balanço de 2018, apenas os créditos detidos pela entidade sobre clientes/utentes é que foram considerados em “Créditos a receber”, sendo que todos os outros foram apresentados em “Outros ativos correntes”.

Ora, se na preparação das Contas de 2017 tivesse sido utilizado o critério que acabou por ser utilizado na preparação das Contas de 2018, teríamos os seguintes valores para aquelas duas categorias de Ativos Correntes para aquele ano:

Créditos a receber	<u>103 272,14</u>
Outros ativos correntes	<u>36 879,14</u>

- No ano de 2018, acabaram por ser desreconhecidos das Contas da entidade os seguintes valores Ativos e Passivos, por se considerar que, por força de uma série de circunstâncias, se consumou a impossibilidade da sua realização e a obrigação legal de proceder à sua liquidação, respetivamente:

Créditos sobre clientes/utentes	<u>50 442,44</u>
Fornecedores de investimentos	<u>88 041,07</u>

Sendo certo que se considerou que só apenas em 2018 surgiram as condições para se proceder ao desreconhecimento supra, a verdade é que os saldos desreconhecidos provêm de acontecimentos anteriores a esse ano.

Acrescenta-se que o desreconhecimento daquele valor ao nível dos Créditos sobre clientes/utentes teve como contrapartida uma perda registada em 683 – Outros Gastos – Dívidas Incobráveis, ao passo que o desreconhecimento daquela verba no contexto dos Fornecedores de investimentos teve como contrapartida um ganho registado em 788 – Outros rendimentos – Outros.



5.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

5.3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, não compensação e informação comparável.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

No ano de 2010 a Instituição procedeu a uma reavaliação livre de alguns dos seus imóveis. Dessa reavaliação resultou um incremento no património da Santa Casa de 5.176 mil euros.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Na data da transição para a NCRF-ESNL, 1 de janeiro de 2011, a mesa administrativa decidiu considerar o custo dos imóveis, o seu custo considerado a 31.12.2010.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Durante o ano de 2018 a Instituição deu continuidade ao processo relacionado com a identificação, titularidade e valorização do seu património e sua reconciliação com os registos contabilísticos. Apesar dos esforços desenvolvidos, ainda não foi possível concluir o mesmo, de forma a determinar a completa valorização do património imobiliário da Instituição.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	até 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 6

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua prestação de serviço.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição é o FIFO.

Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- I. ao custo ou custo amortizado;
- II. ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados;

I. Ao custo ou custo amortizado.

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- tenham associado um retorno fixo ou determinável, e



- não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do juro efetivo.

Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Nesta categoria incluem-se, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Crédito a receber e outras dívidas a receber.

Os saldos de clientes, utentes e outras dívidas a receber são registadas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários.

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que não difere do seu valor nominal.



c) Fornecedores e outras dívidas a pagar.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado o qual, usualmente, corresponde ao seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida em que são incorridos.

II. Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Dos ativos e passivos financeiros detidos pela entidade, apenas os investimentos financeiros no Fundo de Compensação do Trabalho são mensurados ao “justo valor”. Estes ativos têm caráter de permanência e não se destinam a ser vendidos no decurso normal das operações da instituição. No final de cada exercício é apurado o seu justo valor, dado pela cotação respetiva, e a sua variação é refletida na demonstração dos resultados do período.

Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.



Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Provisões

No exercício de 2018 não foram constituídas ou revertidas quaisquer Provisões.

Impostos sobre Rendimentos

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC, decorrente deste enquadramento não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros.

Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e em “Diferimentos”.

a) Principais pressupostos relativos ao futuro.

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2019. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2018 já nelas foram incorporados.



b) Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e métodos de depreciação) e eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros.

5.3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas adotadas.

5.3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

5.3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

No período de 2018 não foram detetados erros materiais de períodos anteriores. Ao nível dos gastos, o seu montante ascendeu a 7 634,47 euros, enquanto ao nível dos rendimentos o valor da rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” foi de 2 697,81 euros.

5.4 Ativos fixos tangíveis.

5.4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.



Jef
Nat
M
W

- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- b) Métodos de depreciação usados;
- c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.
Ver 5.3.1 b)
- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições,
- e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

A instituição em 31 dezembro 2018 e 2017 apresenta os seguintes movimentos:

31 de Dezembro de 2018					
Saldo em 01-Jan-18	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-18
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	453 737,89	0,00	0,00	0,00	453 737,89
Edifícios e outras construções	10 454 445,60	0,00	-12 372,95	0,00	10 442 072,65
Equipamento básico	1 176 994,87	10 830,80	-77 992,30	1 607,84	1 111 441,21
Equipamento de transporte	608 278,25	0,00	-262 124,49	0,00	346 153,76
Equipamento administrativo	196 066,22	0,00	-25 498,29	0,00	170 567,93
Outros ativos fixos tangíveis	131 476,61	6 642,00	-1 770,46	-1 607,84	134 740,31
13 020 999,44	17 472,80	-379 758,49	0,00	0,00	12 658 713,75
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1 640 480,19	215 223,02	-4 599,49	0,00	1 851 103,72
Equipamento básico	1 122 041,85	9 348,17	-77 943,40	0,00	1 053 446,62
Equipamento de transporte	514 845,39	31 139,80	-262 124,49	0,00	283 860,70
Equipamento administrativo	188 247,32	0,00	-25 547,19	0,00	162 700,13
Outros ativos fixos tangíveis	100 176,13	1 532,09	-1 770,46	0,00	99 937,76
3 565 790,88	257 243,08	-371 985,03	0,00	0,00	3 451 048,93
Ativo fixo tangível líquido	9 455 208,56				9 207 664,82

31 de Dezembro de 2017					
Saldo em 01-Jan-17	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	453.714,45	0,00	0,00	23,44	453.737,89
Edifícios e outras construções	10.411.010,46	0,00	0,00	43.435,14	10.454.445,60
Equipamento básico	1.175.299,33	1.695,54	0,00	0,00	1.176.994,87
Equipamento de transporte	608.278,25	0,00	0,00	0,00	608.278,25
Equipamento administrativo	196.066,22	0,00	0,00	0,00	196.066,22
Outros activos fixos tangíveis	174.935,19	0,00	0,00	-43.458,58	131.476,61
13.019.303,90	1.695,54	0,00	0,00	0,00	13.020.999,44
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.429.190,69	215.385,49	0,00	-4.095,99	1.640.480,19
Equipamento básico	1.113.020,34	7.784,98	0,00	1.236,53	1.122.041,85
Equipamento de transporte	483.705,59	31.139,80	0,00	0,00	514.845,39
Equipamento administrativo	188.021,95	225,37	0,00	0,00	188.247,32
Outros activos fixos tangíveis	95.553,60	1.258,71	0,00	3.363,82	100.176,13
3.309.492,17	255.794,35	0,00	504,36	0,00	3.565.790,88
Activo tangível líquido	9.709.811,73				9.455.208,56



[Handwritten signatures and initials]

f) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Em 31 de dezembro de 2018 a instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e cultural no valor de 264 115,19 euros.

De acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, estes bens não são objeto de depreciação.

Tal como referido na nota 5.3.1 b) Ativos fixos tangíveis, ainda não foi concluído o processo de identificação, titularidade e valorização dos bens da Instituição, pelo que esta rubrica não reflete o seu justo valor à data de 31 de dezembro de 2018.

5.4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos				
Imóveis	Forma de garantia	Passivo	Passivo	Beneficiário
		31-Dez-2018	31-Dez-2017	
Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350	Hipoteca	306.636,25	390.664,65	Millennium BCP n.º 256440851
Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024 e Lar de Vidago, prédio n.º 1744	Hipoteca	417.321,52	496.939,16	M.Geral n.º 163-36-100096-7
Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310	Hipoteca	250 000,00	750 000,00	Centro Social e Paroquial de Chaves
		<u>973.957,77</u>	<u>1.137.603,81</u>	

A Unidade de Cuidados Continuados, cujo valor líquido à data de 31 de dezembro de 2018, ascende a 1.205 mil euros, encontra-se implantada num terreno cuja titularidade está registada em nome de um terceiro.

5.4.3 Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:**a) A data de eficácia da revalorização.**

Ver 5.3.1 b)

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Foi aplicado o valor de mercado dos vários ativos revalorizados.

c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros.

d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.



Não tendo existido esta revalorização, a quantia de Ativos fixos tangíveis escriturada no Balanço de 31/12/2018 seria de 4 859 387,85 euros, ou seja, inferior em 4 348 276,97 euros relativamente aos 9 207 664,82 euros apresentados no Balanço.

5.5 Custos de empréstimos obtidos.

Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito. Em 2018, o valor destes gastos ascendeu a 57 693,98 euros, quando em 2017 o seu valor tinha sido de 68 827,13 euros.

5.6 Inventários.

5.6.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Ver 5.3.1 b)

5.6.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

A instituição em 31 dezembro 2018 e 2017 apresenta as seguintes quantias escrituradas nas contas de inventários:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Mercadorias	0,00	9 625,00
Materias primas subsidiárias e de consumo	9 506,08	7 797,91
Produtos acabados	0,00	0,00
Ativos Biologicos	<u>0,00</u>	<u>19 800,00</u>
	<u>9 506,08</u>	<u>37 222,91</u>

5.6.3 Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.



del

R
A
A

O custo das mercadorias e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos 31 de dezembro 2018 e 2017 é detalhado conforme segue:

	31-Dez-18				31-Dez-17			
	Ativos Biológicos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Ativos Biológicos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	19 800,00	7 797,91	9 625,00	37 222,91	19 800,00	7 387,94	3 448,00	30 635,94
Regularizações	-19 800,00	18 953,17	0,00	-846,83	0,00	26 474,00	0,00	26 474,00
Compras	0,00	421 175,83	139 144,00	560 319,83	0,00	413 212,46	166 110,00	579 322,46
Saldo Final	0,00	9 506,08	0,00	9 506,08	19 800,00	7 797,71	9 625,00	37 222,71
Custo das mercadorias	0,00	438 420,83	148 769,00	587 189,83	0,00	439 276,69	159 933,00	599 209,69

5.7 Rendimentos e gastos.

5.7.1 Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respectiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

5.7.2 Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Os rendimentos e gastos de 2018 com dimensão ou incidência excepcionais são os já mencionados em 5.2.3.

5.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.



À data do balanço, o Instituto da Segurança Social reivindica a devolução de 9 430,71 euros, correspondentes a transferências pecuniárias que diz ter indevidamente feito para a entidade ao longo do período de 2004 até dezembro de 2018.

Na sequência de uma ação inspetiva levada a cabo também por aquele Instituto, em outubro de 2018, poderá resultar a aplicação de diversas coimas à instituição. À data de apresentação destas contas, o valor das coimas já emitido ascende a 30 175,00 euros.

Inconformada, a entidade irá apresentar reclamação contra estas reivindicações.

Não foram reconhecidas provisões a propósito destas situações, sendo aqui encaradas como passivos contingentes.

5.9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Estes subsídios, reconhecidos pela Instituição em Fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Piddac	983 557,90	1 015 858,28
Igreja Misericórdia	15 744,06	16 278,68
Comp.Pública Nacional	143 480,53	147 481,21
FEDER	252 567,66	259 735,54
ARSN, IP Programa Modelar	615 000,00	630 000,00
IGFSS	26 800,00	40 200,00
Município de Chaves	10 000,00	15 000,00
	<u>2 047 150,15</u>	<u>2 124 553,71</u>

No ano corrente foi imputado ao rendimento do período o montante de 77.403,56€.

5.10 Instrumentos financeiros.

5.10.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.



Ver 5.3.1 b)

5.10.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

- a) Cotação de mercado; e
- b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros.

Os únicos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor são as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. Pelo facto de o valor registado na contabilidade da Santa Casa (8 818,54 €) ser muito próximo do seu justo valor (8 704,11 €), não foi reconhecido qualquer ajustamento na demonstração dos resultados do período.

5.10.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Fundos

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração no exercício de 2018.

Excedentes de Revalorização

Esta rubrica inclui reavaliações livres ao nível de Ativos Fixos Tangíveis realizadas em exercícios anteriores.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros, tal como já mencionado em 5.4.3 c), e teve como contrapartida a rubrica de “Resultados Transitados”.

Resultados Transitados

Além do movimento acabado de referir, o outro movimento com impacto na rubrica de “Resultados Transitados” foi a transferência do resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 11.114,71 euros.



Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica inclui os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis no montante de 2 047 150,15 euros (ver também nota 5.8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas), doações no valor de 862 861,31 euros e o reconhecimento, no exercício de 2016, da participação financeira na Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega no valor de 330 000,00 euros.

Resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2018 é de (- 85 357,82€), enquanto o do período de 2017 tinha ascendido a 11 114,71 euros.

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Fundos	40 538,18	40 538,18
Excedentes de revalorização	4 348 276,97	4 348 276,97
Resultados transitados	-573 687,34	-688 332,46
Ajustamento/Outras var.fundos patrimoniais	3 240 011,46	3 317 415,02
Resultado líquido do período	-85 357,82	11 114,71

5.10.4 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Os ativos financeiros dados em garantia e os termos e condições relativos à garantia são os mencionados em 5.4.2. A quantia escriturada líquida de cada um destes ativos em 31/12/2018 era seguinte:

- Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350: 1 886.000 euros;
- Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024 e Lar de Vidago, prédio n.º 1744: 153 150,17 euros e 1 040.000 euros, respetivamente;
- Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310: 319 374,37 euros.

**5.10.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:****a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.**

A instituição não tem dívidas com duração residual superior a cinco anos.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

As únicas dívidas da instituição nestas condições são as mencionadas em 5.4.2.

5.10.6 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os únicos ajustamentos de valor reconhecidos no período de 2018 para instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor são os relacionados com a participação financeira da instituição no capital da Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega, a qual é constituída por 330 unidades de participação, pelo valor nominal de 1 000,00 euros cada.

Estes investimentos financeiros encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

A tabela seguinte ilustra a posição desta participação financeira no final de 2018 e de 2017.

	2018	2017
✓ 330 unidades de participação com valor nominal	330 000,00	330 000,00
✓ Reconhecimento de imparidades no valor de	281 768,84	281 801,76
✓ Valor líquido	40 983,72	48 198,24
✓ Imparidades/Reversões de Imparidades reconhecidas no período	32,92	-7 227,75



JA

#

Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2017
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2016)

1. Valor bruto do investimento	
414 Investimentos noutras empresas	
4141 Partes de Capital	330 000,00
2. Valor global da imparidade	
41912 Perdas por imparidade	281 801,76
3. Valor líquido do investimento	48 198,24
4. Reforço / Reversão da imparidade observada no ano	
653 Perdas por imparidade (reforço)	7 227,75

Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2018
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2017)

5. Valor bruto do investimento	
414 Investimentos noutras empresas	
4141 Partes de Capital	330 000,00
6. Valor global da imparidade	
41912 Perdas por imparidade	281 768,84
7. Valor líquido do investimento	40 983,72
8. Reforço / Reversão da imparidade observada no ano	
7623 Em investimentos financeiros (reversão)	32,92
9. Ajustamentos em ativos financeiros	
Decorrentes de outras variações nos capitais	
5713 próprios da participada	-7 247,44

Adverte-se que, pelo facto de ainda não estarem disponíveis as contas do ano de 2018 da participada, o valor da participação financeira em causa apenas tem em linha de conta o fecho de contas desta à data de 31/12/2017.

Ainda no que se refere à participação financeira na Escola Profissional, apresenta-se o detalhe da correspondente valorização no final de 2018 e de 2017, aí se evidenciando a imparidade que lhe está associada. A imparidade foi calculada com base na proporção dos capitais próprios da participada atribuída à Santa Casa, por confronto com o valor nominal dessa participação.

Desconhece-se o justo valor da participação em apreço, pelo que poderá existir um desvio apreciável entre este e o valor pelo qual tal participação se encontra contabilizada.

**5.10.7 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:****Outros créditos.**

A instituição apenas tem reconhecidas dívidas de terceiros superiores a um ano no valor de 4.500 euros. Este montante representa a caução prestada pela instituição à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito da atividade que desenvolve como mediador dos Jogos Santa Casa.

5.10.8 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**Dívidas a instituições de crédito.**

As dívidas com duração residual superior a um ano são as que decorrem dos financiamentos bancários e podem ser desdobradas como se segue:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários - Millennium	216 729,58	89 906,67	306 705,23	83 959,42
Empréstimos bancários – Montepio	332 805,23	84 516,29	417 743,55	79 195,61
Contas caucionadas	0,00	65 000,00	0,00	71 000,00
Outros financiadores	250 000,00	0,00	250 000,00	0,00
	799 534,81	239 422,96	974 448,78	234 155,03

5.11 Benefícios dos empregados.**a) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras;**

A instituição em 31 dezembro 2018, tinha os seguintes funcionários:

	31-Dez-18
CEI (contrato emprego inserção)	1
CEI+ (contrato emprego inserção +)	2
Independentes	6
Dependentes	254
Total	263



5.12 Acontecimentos após a data de balanço.

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Não ocorreram eventos subsequentes que requeiram a divulgação nas demonstrações financeiras ou ajustamentos das mesmas desde 31 de dezembro de 2018.

5.13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

No que se refere às dívidas para com os trabalhadores, estão em situação de mora alguns salários de 2012 e algumas atualizações salariais entre 2008 e 2010, cujo montante ascende, em 31/12/2018, a 430 337,91 euros.

5.14 Outras divulgações.

5.14.1 Caixa e depósitos bancários.

Todos os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é feita de seguida:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	38 513,46	147 497,05
Caixa e seus equivalentes	2 027,40	1 375,51
Outros equivalentes de caixa	<u>22 500,00</u>	<u>39 500,00</u>
	<u>63 040,86</u>	<u>188 372,56</u>



5.14.2 Créditos a receber e outros ativos correntes.

Em 31 dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
IEFP	0,00	34 488,52	0,00	27 237,97
Formação	0,00	0,00	0,00	1 078,27
Devedores diversos	0,00	5,13	0,00	0,00
Caução Santa Casa M. Lisboa	4 500,00	0,00	4 500,00	0,00
Dev. Diversos - Segurança Social	0,00	6 122,50	0,00	7 877,50
Dev. por acrésc. Rendimentos - Seg. Social	0,00	3 881,92	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	527,46	0,00	685,40
Clientes e utentes	0,00	63 746,43	0,00	103 272,14
	4 500,00	108 771,96	4 500,00	140 151,28

5.14.3 Estado e Outros Entes Públicos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	5 660,57	7 067,17
	5 660,57	7 067,17
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	18 275,55	18 308,05
Segurança Social	169 133,01	178 142,59
Outras tributações	351,83	297,31
	187 760,39	196 747,95



5.14.4 Diferimentos (ativo).

Em 31 dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do ativo de “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	3 101,80	7 375,39
Vigilância e segurança	2 000,00	0,00
Materiais	<u>60,31</u>	<u>129,94</u>
	<u>5 162,11</u>	<u>7 505,33</u>

Estes gastos a reconhecer respeitam a montantes pagos em 2018, mas que abrangem o ano de 2019.

5.14.5 Fornecedores e outros passivos correntes.

Em 31 dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de “Fornecedores”, “Outras dívidas a pagar” e de “Outros passivos correntes” apresentam a seguinte composição:

Fornecedores e outras dívidas a pagar

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Fornecedores c/c	572 206,12	510 589,26
Fornecedores c/pagamento a mais de 12 meses	0,00	13 209,28
	<u>572 206,12</u>	<u>523 798,54</u>



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Outros passivos correntes

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Adiantamentos de utentes	0,00	0,00	0,00	9 918,74
Pessoal	0,00	430 865,80	0,00	451 949,37
Remunerações a liquidar	0,00	391 649,88	0,00	424 201,56
Fornecedores de investimento	0,00	3 051,81	0,00	91 092,88
Juros a liquidar	0,00	3 618,95	0,00	2 932,52
Reposições Segurança Social	0,00	29 211,87	0,00	28 678,52
Reposições IEFP	0,00	864,10	0,00	864,10
Dívida ACT	0,00	1 257,10	0,00	3 931,42
Dev. Fundo Rainha D. Leonor	0,00	0,00	0,00	14 704,47
IMT	0,00	800,00	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	1 137,72	0,00	1 118,87
Depósitos de utentes	0,00	10 642,19	0,00	10 642,19
Credores diversos	0,00	19 268,45	0,00	14 637,43
Serviços bancários a liquidar	0,00	28,73	0,00	0,00
Eletricidade a liquidar	0,00	6 457,82	0,00	9 143,49
Gás a liquidar	0,00	24 332,45	0,00	13 062,19
Água a liquidar	0,00	1 111,29	0,00	0,00
Condomínios a liquidar	0,00	2 178,95	0,00	1 400,75
Outras despesas a liquidar	0,00	0,00	0,00	2 108,79
	0,00	926 477,11	0,00	1 080 387,29

5.14.6 Diferimentos (passivo).

Em 31 dezembro de 2018 e 2017 a rubrica do passivo "Diferimentos" apresenta a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferimentos (Passivo)		
IEFP	31 914,83	17 433,24
	31 914,83	17 433,24



5.14.7 Rédito.

O rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Utentes	Outros	Total	Utentes	Outros	Total
Quotas	3 435,00	0,00	3 435,00	3 187,50	0,00	3 187,50
Mensalidades utentes	1 606 416,78	0,00	1 606 416,78	1 568 391,91	0,00	1 568 391,91
Serviços Secundários	25 830,21	0,00	25 830,21	31 463,63	0,00	31 463,63
Vendas:						
Fraldas	22 433,27	0,00	22 433,27	11 915,77	0,00	11 915,77
Medicamentos	516,05	0,00	516,05	550,07	0,00	550,07
Produtos Livraria	148 769,00	0,00	148 769,00	159 933,00	0,00	159 933,40
	1 807 400,31	0,00	1 807 400,24	1 775 441,88	0,00	1 775 441,88

5.14.8 Subsídios.

Durante os exercícios de 2017 e 2018, a instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Centro Regional Segurança Social		
Infância e Juventude	689 429,06	667 758,50
Terceira Idade	1 344 522,16	1 344 168,83
IEFP	5 590,93	12 563,65
Outras Entidades Públicas	140 749,98	178 307,98
	2 180 292,13	2 202 798,96

As participações do Centro Regional de Segurança Social estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela instituição e são definidos de acordo com o número de utentes dos serviços participados por esta entidade.



del

SA
A
J

5.14.9 Fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Serviços especializados	94 853,46	96 584,54
Materiais	27 707,89	26 148,04
Energia e fluídos	251 436,33	220 477,22
Deslocações, estadas e transportes	3 229,48	3 431,89
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	4 529,91	5 447,49
Comunicação	12 140,28	12 752,31
Seguros	10 607,91	9 561,22
Contencioso e notariado	18,00	176,48
Despesas de representação	20,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	5 410,89	3 957,64
Outros serviços	22 971,74	36 413,91
	<u>432 925,89</u>	<u>414 950,74</u>

5.14.10 Gastos com o pessoal.

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Remunerações do pessoal	2 322 797,42	2 251 940,51
Indemnizações	2 885,65	3 836,77
Encargos sobre remunerações	504 050,97	488 100,91
Seguros	32 991,16	26 570,92
Outros gastos com pessoal	4 348,74	4 260,80
	<u>2 867 073,94</u>	<u>2 774 709,91</u>



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

5.14.11 Outros rendimentos.

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é conforme segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Rendas	10 794,21	7 779,21
Subsídios ao investimento	77 403,56	77 403,56
Donativos	48 593,99	46 940,13
Outros rendimentos e ganhos	122 912,73	96 535,40
Juros	2,83	485,39
	<u>259 707,32</u>	<u>229 143,69</u>

5.14.12 Outros gastos.

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017 é conforme segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Impostos indiretos	4 334,91	3 276,00
Dívidas incobráveis	50 442,44	0,00
Gastos em Inv. não financ. - Abates	7 773,46	0,00
Correções relativas per. anteriores	7 634,47	105 964,19
Quotizações	1 380,00	1 320,00
Outros gastos	3 722,50	3 200,30
	<u>75 287,78</u>	<u>113 760,49</u>



Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.14.13 Juros e gastos similares suportados.

Os gastos de financiamento no decurso dos exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Juros suportados	<u>57 693,98</u>	<u>68 827,13</u>
	<u>57 693,98</u>	<u>68 827,13</u>

Chaves, 8 de março de 2019

Handwritten signature in blue ink.

MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSIDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO ORÇAMENTÁRIO

CG
Conta de Gestão das Instituições Particulares de
Solidariedade Social

ANO 2018
NISS 20004568230
NIPC 501429930

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST. (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE EMPREEND. (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES				MOVIMENTOS NO ANO				SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)	
					1.º ANO (5)	4.º ANO (6)	5.º ANO (7)	7.º ANO (8)	A. débito (10)	Outros débit. (11)	A. crédito (12)	Outros créditos (13)		
593	SUBSIDIOS													
593101	PIDDAC													
	Escola Prof. Nuno Rodrigues-Lar crianças e jovens	1997	773.975,54	2%	15.479,51	511.223,66	15.479,51						495.744,15	
	Lar Santa Isabel - Vilar de Nantes	1998	841.042,99	2%	16.820,86	504.634,64	16.820,86						487.813,78	
593101	PIDDAC													
	Lar N. e Sr.ª da Misericórdia	1997	26.730,58	2%	534,61	16.278,70	534,61						15.744,09	
593105	Comparticipação Pública Nacional													
	C.S. Vilarinho da Raia	2007	48.267,81	2%	965,36	37.648,93	965,36						36.683,57	
	CATI - Casas dos Montes	2002	38.902,51	2%	778,05	25.675,65	778,05						24.897,60	
	Lar Padre Justino Magalhães	2007	48.265,51	2%	965,31	37.648,98	965,31						36.683,67	
	Creche Casas dos Montes	2004	64.596,61	2%	1.291,93	46.509,56	1.291,93						45.217,63	
593106	FEDER													
	C.S. Vilarinho da Raia	2007	72.401,72	2%	1.448,03	56.473,34	1.448,03						55.025,31	
	CATI - Casas dos Montes	2002	116.707,51	2%	2.334,15	77.026,96	2.334,15						74.692,81	
	Lar Padre Justino Magalhães	2007	72.398,36	2%	1.447,97	56.470,72	1.447,97						55.022,75	
	Creche Casas dos Montes	2004	96.894,93	2%	1.937,90	69.764,35	1.937,90						67.826,45	
593108	ARSN - IP Programa Modular Edificações e Instalações Técnicas	2004	750.000,00	2%	15.000,00	630.000,00	15.000,00						615.000,00	
593111	FUNDO SOCORRO SOCIAL													
	I.G.F.S. Social	2016	67.000,00	20%	13.400,00	40.200,00	13.400,00						26.800,00	
593112	Município de chaves	2016	25.000,00	20%	5.000,00	15.000,00	5.000,00						10.000,00	
TOTAL SUBS. DA SANTA CASA DE CHAVES			3.042.184,07		59.003,68	2.047.151,81	77.403,68						2.047.151,81	
TOTAL DO INVESTIM. -			A+B+C+D+E		I+J+I+q+r									

e+f+g=<h+i+j+l

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados. Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento). As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 9.719.850,23 € e um total de fundos patrimoniais de 6.962.534,01 €, incluindo um resultado líquido negativo de 85.357,82 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e/ou possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

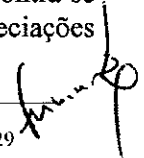
a) A entidade não possui um cadastro devidamente organizado dos bens de que é titular pertencentes ao seu Ativo Fixo Tangível, incluindo aqueles que compõem o seu património histórico e artístico. Esta circunstância não permite aferir com a devida certeza e segurança as asserções relativas à propriedade, mensuração, plenitude e existência física dos elementos que compõem o dito património.

Em resultado do facto acabado de expor, também sai prejudicada a correta e integral validação de todos os factos e operações complementares associados à aquisição e posse dos Ativos ora em apreço, como sejam as suas Depreciações, Revalorizações e a contabilização dos movimentos ligados aos Subsídios ao Investimento recebidos pela entidade aquando da aquisição dos Ativos subsidiados.

b) No ano de 2010 a entidade celebrou um contrato de prestação de serviços com a Flavicórdia, Lda a propósito da exploração de uma Unidade de Cuidados Continuados. A celebração deste contrato foi, porém, questionada pela ARS Norte, nos moldes em que foi celebrado, já que tanto este organismo como a Segurança Social eram parceiros da entidade quanto ao modo de funcionamento dessa Unidade.

Nesta data, desconhecemos os efeitos que para a entidade poderão decorrer em resultado das questões levantadas pela ARS Norte a respeito da celebração daquele contrato, sendo certo que estas ainda estão a ser tratadas por esse organismo. Contudo, considerando a magnitude dos valores envolvidos neste processo, adverte-se para o impacto muito relevante na situação financeira da entidade no caso de o mesmo ter um desfecho desfavorável para a mesma, muito embora se deva reconhecer que o lapso de tempo que medeia entre os acontecimentos e o momento presente seja já muito longo.

c) O valor de construção do edifício dedicado à Unidade de Cuidados Continuados encontra-se reconhecido na contabilidade da entidade (pelo valor bruto de 1.507.141,83 € e Depreciações



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Acumuladas de valor igual a 301.428,39 €, tendo gerado gastos associados à sua depreciação no ano (e apenas estes) pelo valor de 30.142,84 €. Porém, no registo predial o mesmo imóvel consta como propriedade da Flavicórdia, Lda.

Esta situação encontra-se ainda pendente de resolução e não está divulgada no Anexo.

d) Já depois de encerradas as Contas, surgiu a informação segundo a qual se encontram vencidas dívidas para com os trabalhadores da entidade pelo valor total de 32.134,94 € (encargos sociais totais incluídos), respeitantes a ajustamentos salariais determinados no ano de 2018, os quais deverão ser pagos no decurso de 2019. Esta responsabilidade (passivo) da entidade e correspondente Gasto acabou por não ser refletido nas Contas em questão.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

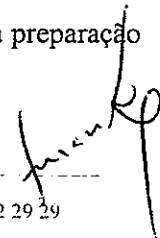
De acordo com as peças contabilísticas finais, a situação financeira da entidade revela alguma debilidade, patente, sobretudo, no seu elevado endividamento, a que se junta a obtenção de níveis de rentabilidade muito modestos. Ora, tendo em conta que, ano após ano, o valor global do Passivo da entidade tem vindo a diminuir, somos levados a pensar que existe um mínimo de condições que garante a sustentabilidade do seu funcionamento num horizonte temporal previsível. De todo o modo e em condições normais, somos de opinião que para que a continuidade aqui em análise não seja posta em causa, será necessário:

- A obtenção de equilíbrios de exploração em exercícios futuros;
- A colaboração/compreensão dos fornecedores, pessoal e entidades financiadoras, de modo a que continuem a prestar o seu apoio, nomeadamente perante uma quebra pontual dos pagamentos por parte da entidade.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

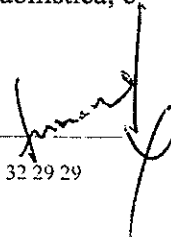
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e,



António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479*

Contribuinte n.º 144 315 157

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

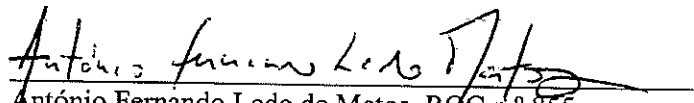
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Chaves, 15 de março de 2019


António Fernando Ledo de Matos, RQC n.º 855

